

**REGULAMENTO DO IPI  
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS  
INDUSTRIALIZADOS**  
ANOTADO E COMENTADO



**REGULAMENTO DO IPI  
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS  
INDUSTRIALIZADOS**  
**ANOTADO E COMENTADO**

COORDENADORES

Marcelo Magalhães Peixoto  
Luiz Roberto Domingo

AUTORES

Antônio Zomer  
Antonio Bezerra Neto  
Emanuel Carlos Dantas de Assis  
Marcos Aurélio Pereira Valadão  
Rinaldo Maciel de Freitas

2008

**MP**  
**EDITORA**

© Os Autores

Revisão Rafael Faber Fernandes, Ana Paula Ribeiro e André Rodrigues Bertacchi

ISBN 978-85-98848-88-4

Diretor responsável Marcelo Magalhães Peixoto

Todos os direitos desta edição reservados a

MP Editora

Av. Brigadeiro Luís Antonio, 613 - 10º andar

São Paulo-SP 01317-000

Tel./Fax: (11) 3101 2086

adm@mpeditora.com.br

www.mpeditora.com.br

## PREFÁCIO

O Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados Comentado e Anotado, surgiu na esteira do RIR-APET - que já está em sua 3ª edição. Trata-se de obra que espelha a vontade e determinação de nosso colega Marcelo Magalhães Peixoto que reuniu a experiência e conhecimento de pessoas ligadas ao IPI para oferecer, aos operadores do direito, um compêndio que pudesse expressar, numa linha de pensamento, uma abordagem desse imposto que possui tantas particularidades.

O sistema de não-cumulatividade do IPI – diferente do ICMS – traz inspirações desde a época do “*Impôsto de Consumo*” (Lei nº. 4.502/1964) com suas perspectivas da seletividade em função da essencialidade e da repercussão do encargo econômico da tributação. Essas características, reforçadas pela Constituição Federal de 1988, mantiveram incólumes diversas disposições normativas, seja no **plano dos textos** de leis, decretos e veículos infra-legais, seja no **plano da interpretação** e aplicação das normas de incidência. Por isso, as respostas às consultas emanadas da Secretaria da Receita Federal nos anos 70 e 80 continuam, em grande parte, atuais, assim como os julgados do STF anteriores a 1988 constituem estrada segura na tarefa de interpretar.

Nosso intuito foi organizar uma obra que compreendesse estrutura homogênea, apesar da multiplicidade de autores, tudo para facilitar a consulta do leitor qualquer que fosse o seu conhecimento prévio sobre esse tributo, de modo que a obra contemple a transcrição do artigo (texto do decreto), a legislação pertinente, as jurisprudências administrativa e judicial e, por fim, os comentários do autor.

Evidentemente não temos a pretensão de esgotar o plexo de normas, julgados e comentários atinentes a cada um dos artigos do Regulamento, pois acreditamos que essa obra viverá constantes aprimoramentos na seqüência de suas reedições. Mas temos a convicção que todos se esforçaram para apresentar um trabalho com consistência e riqueza de informações para facilitar o trabalho dos operadores do direito que vivem o cotidiano das relações jurídicas em torno do IPI. Trata-se de obra que busca atender aos auspícios de operadores do direito (fiscais, advogados, conselheiros e magistrados), bem como solucionar dúvidas daqueles que, apesar de não terem conhecimento técnico-jurídico, precisam de informações seguras acerca das normas e procedimentos que envolvem a incidência desse tributo (empresários, contadores, auditores e demais profissionais que de alguma forma tem contato com a aplicação das normas de IPI),

A indicação de legislação, anotada, refere-se às Leis, Medidas Provisórias, Decretos, principalmente e quando apropriado a Portarias, Instruções Normativas, Atos Declaratórios Executivos, Atos Declaratórios Interpretativos emanados do Ministério da Fazenda e da Secretaria da Receita Federal, atual, Receita Federal do Brasil.

Nas indicações de Jurisprudência Administrativa, os autores procuraram subsidiar a anotação com decisões dos Conselhos de Contribuintes do Ministério da Fazenda e da Câmara Superior de Recursos Fiscais com preferência às decisões da Segunda Turma, específica para analisar litígios de IPI. A Jurisprudência Judicial engloba as decisões dos Tribunais Regionais Federais, STJ e STF.

**Luiz Roberto Domingo**

Advogado, Mestre e Doutorando em Direito Tributário pela PUC/SP  
Membro do 3º Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda

## **COORDENADORES**

### **MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO**

Presidente Fundador da APET – Associação Paulista de Estudos Tributários  
Bacharel em Direito e Contabilista  
Mestrando em Direito Tributário pela PUC/SP

### **LUIZ ROBERTO DOMINGO**

Doutorando em Direito Tributário pela PUC/SP  
Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP  
Especialista em Direito Tributário pelo Cogeae/PUC/SP (1998)  
Membro do Terceiro Conselho de Contribuintes  
Parecerista e Advogado em São Paulo

## **AUTORES**

### **ANTÔNIO ZOMER (arts. 1 a 162)**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Ex-Delegado da Receita Federal em Florianópolis  
Membro do Conselho de Contribuintes – representante da Fazenda na 2ª  
Câmara do 2º Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda  
Bacharel em Direito com Pós-graduação em Direito Tributário pela Unisul/SC  
Professor de Processo Administrativo Fiscal da Escola de Administração  
Fazendária – ESAF, do Ministério da Fazenda

### **ANTONIO BEZERRA NETO (arts. 163 a 210)**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Membro da 3ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes  
Ex-Presidente da 3ª Câmara do 2º Conselho de Contribuintes

### **EMANUEL CARLOS DANTAS ASSIS (art. 211 a 310)**

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito do Recife/UFPE  
Especialista em Direito Tributário  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Membro do 2º Conselho de Contribuintes

**MARCOS AURÉLIO PEREIRA VALADÃO** (arts. 311 a 463)

Doutor em Direito (Southern Methodist University, SMU - Dallas, TX - EUA, 2005)

Mestre em Direito Público e Estado (Universidade de Brasília, UnB, 1999)

Especialista em Administração Tributária (UCG, 1991)

MBA em Executivo em Finanças (IBMEC-DF, 1996)

Bacharel em Direito (UCG, 1993)

Bacharel em Engenharia Mecânica (UnB, 1982)

Ex-Auditor de Tributos Estaduais (SF- GO)

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (1993- atual)

Ex-Coordenador dos Tributos sobre a Produção e Comércio Exterior da Cosit/RFB

Ex-Chefe da Divisão do IPI - Ditip da Cosit/RFB

Professor dos cursos de Mestrado, Especialização e Graduação em Direito, da Universidade Católica de Brasília (UCB), do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e Instrutor da ESAF

**RINALDO MACIEL DE FREITAS** (arts. 464 a 522)

Bacharel em Filosofia (1984) pelo Instituto Agostiniano de Filosofia – Direito (2004) pela FADOM – Faculdades Integradas do Oeste de Minas

Consultor Jurídico Tributário do SINDISIDER - Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Produtos Siderúrgicos

Membro da Associação Paulista de Estudos Tributário – APET

Pós-graduando em Direito Público pela Universidade Gama Filho

Advogado

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

DECRETO N. 4.544, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002  
(DOU DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002)

<b>TÍTULO I – DA INCIDÊNCIA</b>	15
CAPÍTULO I	15
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR 2º	15
CAPÍTULO II	17
DOS PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS 3º A 7º	17
<b>TÍTULO II – DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E EQUIPARADOS A INDUSTRIAL 8º A 14</b>	52
<b>TÍTULO III – DA CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS 15 A 17</b>	70
<b>TÍTULO IV – DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA 18 A 20</b>	75
<b>TÍTULO V – DO SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA</b>	86
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 21 A 23	86
CAPÍTULO II – DOS CONTRIBUINTE E RESPONSÁVEIS 24 A 29	88
CAPÍTULO III – DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA 30	103
CAPÍTULO IV – DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO 31	104
<b>TÍTULO VI – DA CONTAGEM E FLUÊNCIA DOS PRAZOS 32 E 33</b>	105
<b>TÍTULO VII – DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL</b>	107
CAPÍTULO I – DO FATO GERADOR 34 A 38	107
CAPÍTULO II – DA SUSPENSÃO DO IMPOSTO 39 A 46	122
CAPÍTULO III – DAS ISENÇÕES 47 A 63	145
CAPÍTULO IV – DA REDUÇÃO E MAJORAÇÃO DO IMPOSTO 64 A 68	174
CAPÍTULO V – DOS INCENTIVOS FISCAIS REGIONAIS 69 A 109	177

CAPÍTULO VI – DOS OUTROS INCENTIVOS FISCAIS 110 A 116	209
CAPÍTULO VII – DOS OPTANTES PELO SIMPLES 117 A 121	222
CAPÍTULO VIII – DO LANÇAMENTO 122 A 129	228
CAPÍTULO IX – DO CÁLCULO DO IMPOSTO 130 A 162	249
CAPÍTULO X – DOS CRÉDITOS 163 A 198	298
CAPÍTULO XI – DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO 199 A 206	420
CAPÍTULO XII – DA COMPENSAÇÃO E DA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO 207 A 210	422
<b>TÍTULO VIII – DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS</b>	438
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 211 E 212	440
CAPÍTULO II – DA ROTULAGEM, MARCAÇÃO E NUMERAÇÃO DOS PRODUTOS 213 A 222	441
CAPÍTULO III – DO SELO DE CONTROLE 223 A 261	455
CAPÍTULO IV – DAS OBRIGAÇÕES DOS TRANSPORTADORES, ADQUIRENTES E DEPOSITÁRIOS DE PRODUTOS 262 A 266	481
CAPÍTULO V – DO REGISTRO ESPECIAL 267 A 274	489
CAPÍTULO VI – DOS PRODUTOS DO CAPÍTULO 22 DA TIPI 275 A 280	502
CAPÍTULO VII – DOS PRODUTOS DO CAPÍTULO 24 DA TIPI 281 A 306	509
CAPÍTULO VIII – DOS PRODUTOS DOS CAPÍTULOS 71 E 91 DA TIPI 307 A 310	523
CAPÍTULO IX – DO DOCUMENTÁRIO FISCAL 311 A 426	525
<b>TÍTULO IX – DA FISCALIZAÇÃO</b>	655
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS 427 A 442	655
CAPÍTULO II – DO EXAME DE ESCRITA 443 A 449	675
CAPÍTULO III – DOS PRODUTOS E EFEITOS FISCAIS EM SITUAÇÃO IRREGULAR 450 A 463	684
CAPÍTULO IV – DOS REGIMES ESPECIAIS DE FISCALIZAÇÃO 464	709
<b>TÍTULO X – DAS INFRAÇÕES, DOS ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS E DAS PENALIDADES</b>	713
CAPÍTULO I – DAS INFRAÇÕES 465 A 468	713

ÍNDICE SISTEMÁTICO

CAPÍTULO II – DOS ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS 469 A 472	716
CAPITULO III – DAS PENALIDADES 473 A 517	722
<b>TÍTULO XI – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS 518 A 524</b>	<b>768</b>

## ÍNDICE ALFABÉTICO

<b>A</b>	<b>Arts.</b>	<b>Págs.</b>
Acréscimos Moratórios	469 a 472	712 a 717
<b>B</b>		
Base de Cálculo	130 a 162	245 a 294
<b>C</b>		
Cálculo do Imposto	130 a 162	245 a 294
Capacidade Tributária	30	99
Classificação dos Produtos	15 a 17	66 a 70
Classificação dos Produtos Compensação e da Restituição do Imposto	207 a 210	430 a 433
Contagem e Fluência dos Prazos	32 e 33	101 a 103
Contribuintes e Responsáveis	24 a 29	84 a 98
Créditos	163 a 198	295 a 415
<b>D</b>		
Disposição Preliminar 2º	2º	11
Disposições Gerais e Finais	518 a 524	764 a 769
Documentário Fiscal	311 a 426	521 a 650
Domicílio Tributário	31	100
<b>E</b>		
Estabelecimentos Industriais e Equiparados a Industrial	8º a 14	48 a 65
<b>F</b>		
Fato Gerador	34 a 38	103 a 117
Fiscalização - Disposições Gerais	427 a 449	651 a 678
<b>G</b>		
Imunidade Tributária	18 a 20	72 a 81
Incentivos Fiscais Regionais	69 a 109	175 a 204
Incentivos Fiscais - Outros	110 a 116	205 a 218
Infrações	465 a 468	709 a 711
Isenções	47 a 63	142 a 169

**L**

Lançamento 122 a 129 225 a 242

**O**

Obrigações acessórias - Disposições Preliminares 211 e 212 436  
 Optantes Pelo Simples 117 a 121 218 a 224

**P**

Penalidades 473 a 517 718 a 764  
 Produtos do Capítulo 22 da TIPI 275 a 280 498 a 504  
 Produtos do Capítulo 24 da TIPI 281 a 306 505 a 518  
 Produtos dos Capítulos 71 e 91 da TIPI 307 a 310 519 a 521  
 Produtos e Efeitos Fiscais em Situação Irregular 450 a 463 680 a 704  
 Produtos Industrializados 3º a 7º 13 a 47

**R**

Recolhimento do Imposto 199 a 206 416 a 418  
 Redução e Majoração do Imposto 64 a 68 170 a 173  
 Regimes Especiais de Fiscalização 464 705  
 Registro especial 267 a 274 486 a 495  
 Rotulagem, Marcação e Numeração dos Produtos 213 a 222 436 a 449

**S**

Selo de Controle 223 a 261 451 a 477  
 Sujeito passivo da obrigação tributária -  
 Disposições Preliminares 21 a 23 82 a 84  
 Suspensão do Imposto 39 a 46 119 a 140

**T**

Transportadores, Adquirentes e Depositários de  
 produtos 262 a 266 477 a 479